

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS  
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.  
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO INICIAL nº 277/2022  
PROCESSO 138/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 22/2022

#### **I - EMENTA**

Direito administrativo. Contratação. Pregão Eletrônico. Empresa especializada para elaboração e implementação da gestão de segurança do trabalho e medicina ocupacional, conforme condições constantes no edital e seus anexos.

#### **II– DOS FATOS**

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico no pregão eletrônico nº 22/2022, para o exame da sua regularidade e para que com isso se possa encerrar o processo licitatório.

#### **III- RELATÓRIO**

Para exame e parecer dessa procuradoria, o setor de Licitações, encaminhou o pregão eletrônico nº 22/2022, que versa sobre a contratação de Empresa especializada para elaboração e implementação da gestão de segurança do trabalho e medicina ocupacional.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Justificativa– Evento 02
- 02) Solicitação inicial – evento 03
- 04) Orçamentos – evento 04
- 05) Solicitação de Contratação– Evento 05
- 06) Parecer Contábil – evento 06
- 07) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 07
- 08) Ato de Consórcio – evento 08
- 09) Edital de licitação e Anexos – evento 09
- 10) Solicitação de Parecer – evento 10
- 11) Parecer Jurídico– evento 10.1
- 12) Aviso de Licitação e publicidade – evento 11
- 13) solicitação de esclarecimento, impugnação e resposta – evento 11.3 a 11.5
- 14) documentos de habilitação – evento 12
- 15) Ata de Realização do Pregão eletrônico -evento 14
- 16) Resultado por fornecedor- evento 14.2
- 17) Declarações – evento 14.3
- 18) quadro comparativo – evento 14.5
- 19) Solicitação de Parecer – evento 15

É o relatório.

#### **IV– DO PARECER**

O presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei (lei 8.666/93 e lei 10.520/02) e o edital, não cabendo ao Setor Jurídico questões técnicas e à autoridade competente deliberar acerca da conveniência e oportunidade da homologação da licitação.

No mérito, a modalidade utilizada – Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, está de acordo com o art. 4º, X, da lei 10.520/02, obedecendo assim, nesse ponto, os aspectos da legalidade, cabendo ao setor consulente a verificação da autenticidade dos documentos de habilitação apresentados por ocasião do julgamento.

#### **V – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, com base nas razões de fato e de direito narradas, esta assessora se manifesta, no que tange ao plano de legalidade, pelo prosseguimento do feito.

Pato Branco, 24 de junho de 2022.

**Maria Cecília Soares Vannucchi**  
OAB/PR 35.313